

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	39
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	40

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Ordinária		0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe C	0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Ordinária		0,11921
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11921
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.224.665	1.249.895
1.01	Ativo Circulante	58.708	64.879
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.110	25.712
1.01.03	Contas a Receber	17.015	25.989
1.01.03.01	Clientes	1.395	924
1.01.03.01.01	Concessionárias	1.395	924
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.620	25.065
1.01.03.02.01	Rendas a receber	15.620	25.065
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.023	7.717
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.023	7.717
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.560	5.461
1.01.08.03	Outros	6.560	5.461
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	6.512	5.413
1.02	Ativo Não Circulante	1.165.957	1.185.016
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.380	1.373
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.380	1.373
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	642	652
1.02.01.09.04	Prêmio de risco - GSF	515	539
1.02.01.09.05	Outros créditos	223	182
1.02.03	Imobilizado	1.148.661	1.166.383
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.113.567	1.125.842
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	35.094	40.541
1.02.04	Intangível	15.916	17.260
1.02.04.01	Intangíveis	15.916	17.260
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	15.221	16.582
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	194	245
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	501	433

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.224.665	1.249.895
2.01	Passivo Circulante	90.921	87.955
2.01.02	Fornecedores	1.759	2.218
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.759	2.218
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.449	12.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.427	12.084
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.668	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.759	12.084
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20	25
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	62
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.080	11.985
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.080	11.985
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.080	11.985
2.01.05	Outras Obrigações	57.419	51.170
2.01.05.02	Outros	57.419	51.170
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	50.705	43.920
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.584	4.584
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.130	2.666
2.01.06	Provisões	9.214	10.411
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57	57
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	57	57
2.01.06.02	Outras Provisões	9.157	10.354
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.157	10.354
2.02	Passivo Não Circulante	151.137	153.651
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	84.089	82.957
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	84.089	82.957
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	84.089	82.957
2.02.02	Outras Obrigações	43.386	45.223
2.02.02.02	Outros	43.386	45.223
2.02.02.02.05	Uso do bem público	43.366	45.175
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	20	48
2.02.03	Tributos Diferidos	7.648	9.151
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.648	9.151
2.02.04	Provisões	16.014	16.320
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.947	10.073
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	354	110
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	703	642
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.890	9.321
2.02.04.02	Outras Provisões	5.067	6.247
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.067	6.247
2.03	Patrimônio Líquido	982.607	1.008.289
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	141.081	189.026
2.03.04.01	Reserva Legal	44.640	44.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	62.787	48.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	62.666
2.03.04.10	Reserva de Investimento	33.654	33.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.263	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	331	331

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	44.228	88.468	69.663	139.174
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.547	-31.135	-13.522	-26.881
3.02.01	Custo com energia elétrica	-147	-601	441	-796
3.02.02	Custo de operação	-15.400	-30.534	-13.963	-26.085
3.03	Resultado Bruto	28.681	57.333	56.141	112.293
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.433	-6.591	-4.398	-8.090
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.273	-6.431	-4.412	-7.966
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.934	-5.754	-4.240	-7.702
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-339	-677	-172	-264
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-160	-160	14	-124
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.248	50.742	51.743	104.203
3.06	Resultado Financeiro	29	-17.012	-2.639	-12.759
3.06.01	Receitas Financeiras	3.120	4.312	2.126	4.423
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.091	-21.324	-4.765	-17.182
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.277	33.730	49.104	91.444
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.600	-11.467	-16.736	-30.591
3.08.01	Corrente	-4.359	-12.970	-12.567	-30.349
3.08.02	Diferido	-4.241	1.503	-4.169	-242
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.677	22.263	32.368	60.853
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.677	22.263	32.368	60.853
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03585	0,03585	0,06157	0,10945
3.99.01.02	PNR	0,00884	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,00000	0,03669	0,06157	0,10945
3.99.01.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,00000	0,03669	0,06157	0,10945
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.02.01	ON	0,03585	0,03585	0,06157	0,10945
3.99.02.02	PNR	0,00884	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,00000	0,03669	0,06157	0,10945
3.99.02.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,00000	0,03669	0,06157	0,10945

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	16.677	22.263	32.368	60.853
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.677	22.263	32.368	60.853

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.779	100.891
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.376	127.736
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	33.730	91.444
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	24.224	19.553
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	97	0
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.721	7.293
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	543	4.043
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	61	35
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	843	1.388
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	-217	1.016
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	3.491	3.401
6.01.01.17	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-2	0
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-124	-470
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	24	24
6.01.01.20	Outros	-15	9
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.597	-26.845
6.01.02.01	Concessionárias	-471	638
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-653	-1.051
6.01.02.03	Rendas a receber	9.445	-5.850
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	12	-161
6.01.02.06	Prêmio de risco - GSF	0	-485
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-1.140	-709
6.01.02.08	Fornecedores	-459	-2.464
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-6.674	-1.531
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	0	23
6.01.02.13	Provisões	-2.269	-806
6.01.02.14	Uso do bem público	-2.352	-2.185
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-549	-237
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.487	-12.027
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.236	-1.335
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-5.236	-1.335
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53.145	-69.281
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-41.160	-53.500
6.03.06	Encargos de dívidas líquido de derivativos	-11.985	-15.781
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.398	30.275
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.712	49.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.110	79.938

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.945	0	0	-47.945
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-47.945	0	0	-47.945
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.263	0	22.263
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.263	0	22.263
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	141.081	22.263	331	982.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.853	0	60.853
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.853	0	60.853
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	236.042	60.853	356	1.116.183

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	102.954	154.857
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	97.621	153.522
7.01.02	Outras Receitas	18	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.315	1.335
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.043	-10.025
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	221	-74
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.395	-7.828
7.02.04	Outros	-1.869	-2.123
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-884	-813
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-985	-1.310
7.03	Valor Adicionado Bruto	90.911	144.832
7.04	Retenções	-24.284	-19.592
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.284	-19.592
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.627	125.240
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.426	4.639
7.06.02	Receitas Financeiras	4.426	4.639
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.053	129.879
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.053	129.879
7.08.01	Pessoal	5.835	5.848
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.673	4.919
7.08.01.02	Benefícios	904	670
7.08.01.03	F.G.T.S.	258	259
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.436	45.792
7.08.02.01	Federais	21.303	45.522
7.08.02.02	Estaduais	84	268
7.08.02.03	Municipais	49	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.519	17.386
7.08.03.01	Juros	21.324	17.182
7.08.03.02	Aluguéis	195	204
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.263	60.853
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.263	60.853

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 2017(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.625 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2T17	2T16	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.224.665	1.313.498	-6,8%
Patrimônio líquido	R\$ mil	982.607	1.116.183	-12,0%
Dívida líquida	R\$ mil	69.059	4.293	1508,6%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,07	0,00	1727,3%
Dívida líquida/ EBITDA (3 meses)	vezes	0,35	0,02	1665,8%

RESULTADOS	Unidade	2º Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		2T17	2T16		2M17	2M16	
Receita Líquida	R\$ mil	44.228	69.663	-36,5%	88.468	139.174	-36,4%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-18.833	-18.361	2,6%	-37.125	-34.175	8,6%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-147	441	-133,3%	-601	-796	-24,5%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	25.248	51.743	-51,2%	50.742	104.203	-51,3%
EBITDA	R\$ mil	37.400	61.903	-39,6%	74.966	123.756	-39,4%
Resultado financeiro	R\$ mil	29	-2.639	-101,1%	-17.012	-12.759	33,3%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	25.277	49.104	-48,5%	33.730	91.444	-63,1%
Lucro líquido	R\$ mil	16.677	32.368	-48,5%	22.263	60.853	-63,4%
* inclui depreciação e amortização							
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	84,56%	88,86%	-4,3%	84,74%	88,92%	-4,2%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	37,71%	46,46%	-8,8%	25,17%	43,72%	-18,6%

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 2T17, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 674,3 GWh, 19,0% superior aos 566,6 GWh gerados no 2T16 devido a maior afluência do Rio Tocantins.

Comentário do Desempenho**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2T17	2T16	var. %	2M17	2M16	var. %
Receita operacional bruta	48.797	76.821	-36,5%	97.621	153.522	-36,4%
(-) Deduções à receita operacional	-4.569	-7.158	-36,2%	-9.153	-14.348	-36,2%
(=) Receita operacional líquida	44.228	69.663	-36,5%	88.468	139.174	-36,4%
Gastos não gerenciáveis	-147	441	-133,3%	-601,0	-796,0	-24,5%
Energia elétrica comprada para revenda	253	809	-68,7%	201	-59	-440,7%
Encargos de uso da rede elétrica	-400	-368	8,7%	-802	-737	8,8%
Outros gastos não gerenciáveis	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Margem bruta	44.081	70.104	-37,1%	87.867	138.378	-36,5%
Gastos gerenciáveis	-6.681	-8.201	-18,5%	-12.901	-14.622	-11,8%
Pessoal	-3.284	-3.874	-15,2%	-6.313	-6.529	-3,3%
Materiais e serviços de terceiros	-2.782	-3.847	-27,7%	-5.391	-6.802	-20,7%
Arrendamentos e aluguéis	-92	-103	-10,7%	-189	-199	-5,0%
Provisões e contingências	-130	14	-1028,6%	-130	-124	4,8%
Outros gastos gerenciáveis	-393	-391	0,5%	-878	-968	-9,3%
EBITDA	37.400	61.903	-39,6%	74.966	123.756	-39,4%
Depreciação e amortização	-12.152	-10.160	19,6%	-24.224	-19.553	23,9%
Resultado financeiro	29	-2.639	-101,1%	-17.012	-12.759	33,3%
Imposto de renda e contribuição social	-8.600	-16.736	-48,6%	-11.467	-30.591	-62,5%
Lucro líquido	16.677	32.368	-48,5%	22.263	60.853	-63,4%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 44,2 milhões no 2T17, queda de 36,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 25,4 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de (R\$ 0,147) milhões no segundo trimestre de 2017, redução de R\$ 0,588 milhões quando comparado ao resultado de R\$ 0,441 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 6,7 milhões no segundo trimestre de 2017, queda de 18,5% em relação ao segundo trimestre de 2016, sendo R\$ 1,1 milhões em despesa meio ambiente.

No segundo trimestre de 2017 o **EBITDA** alcançou R\$ 37,4 milhões, valor 39,6% inferior ao alcançado no 2T16, devido à menor receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 12,2 milhões, 19,6% superior ao 2T16 em decorrência da depreciação acelerada que ocorreu a partir de junho de 2016.

O **Resultado Financeiro líquido** no 2T17 variou positivamente em R\$ 2,7 milhões, 101,1% em relação a 2T16, devido que nesse trimestre o IGP-M foi negativo afetando a atualização do UBP.

No 2T17, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 16,7 milhões, 48,5% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da menor receita de arrendamento.



Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2T17	1T17	var.%	2T16	var.%
(+) Dívida bruta	101.169	111.402	-9,19%	84.231	20,11%
(-) Disponibilidades	-32.110	-59.222	-45,78%	-79.938	-59,83%
(=) Dívida líquida	69.059	52.180	32,35%	4.293	1508,64%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 101,2 milhões em 30 de junho de 2017, composta principalmente pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificado como encargos de dívidas.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 32,1 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 69,0 milhões em 30 de junho de 2017, acréscimo de 32,3% em relação ao 1º trimestre de 2017. Essa variação deve-se, em maior parte, pela diminuição da geração de caixa e pelo pagamento dos dividendos.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	32.110	25.712
Concessionárias		1.395	924
Rendas a receber	4	15.620	25.065
Impostos e contribuições sociais	5	3.023	7.717
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos		6.512	5.413
Total do Ativo Circulante		58.708	64.879
Não circulante			
Depósitos vinculados	12	642	652
Prêmio de risco - GSF		515	539
Outros créditos		223	182
		1.380	1.373
Imobilizado	8	1.148.661	1.166.383
Intangível	9	15.916	17.260
		1.164.577	1.183.643
Total do Ativo Não circulante		1.165.957	1.185.016
TOTAL DO ATIVO		1.224.665	1.249.895
PASSIVO			
	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores		1.759	2.218
Impostos e contribuições sociais	5	5.449	12.171
Dividendos	10	50.705	43.920
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	17.080	11.985
Benefícios pós-emprego		57	57
Uso do bem público		4.584	4.584
Provisões	12	9.157	10.354
Outras contas a pagar		2.130	2.666
Total do Passivo Circulante		90.921	87.955
Não circulante			
Tributos diferidos	6	7.648	9.151
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	84.089	82.957
Benefícios pós-emprego		703	642
Uso do bem público		43.366	45.175
Provisões	12	15.311	15.678
Outras contas a pagar		20	48
Total do Passivo Não circulante		151.137	153.651
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	804.459	804.459
Reservas de capital	13.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	13.2	141.081	189.026
Outros resultados abrangentes		331	331
Lucros acumulados		22.263	
Total do Patrimônio líquido		982.607	1.008.289
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.224.665	1.249.895

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Receitas	14	44.228	69.663	88.468	139.174
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	15				
Custo do serviço de energia elétrica		(147)	441	(601)	(796)
Custo de operação		(15.400)	(13.963)	(30.534)	(26.085)
		(15.547)	(13.522)	(31.135)	(26.881)
Lucro bruto		28.681	56.141	57.333	112.293
Despesas e Receitas operacionais	15				
Despesas gerais e administrativas		(2.934)	(4.240)	(5.754)	(7.702)
Depreciações e amortizações		(339)	(172)	(677)	(264)
Outras despesas e receitas operacionais		(160)	14	(160)	(124)
		(3.433)	(4.398)	(6.591)	(8.090)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		25.248	51.743	50.742	104.203
Resultado financeiro	16				
Receitas financeiras		3.120	2.126	4.312	4.423
Despesas financeiras		(3.091)	(4.765)	(21.324)	(17.182)
		29	(2.639)	(17.012)	(12.759)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		25.277	49.104	33.730	91.444
Tributos sobre o lucro	17				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.359)	(12.567)	(12.970)	(30.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.241)	(4.169)	1.503	(242)
		(8.600)	(16.736)	(11.467)	(30.591)
Lucro líquido do período		16.677	32.368	22.263	60.853
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	18				
ON		0,03585	0,06157	0,03585	0,10945
PNR		0,00884		0,01223	0,01223
PNA			0,06157	0,03669	0,10945
PNB				0,03669	0,03669
PNC			0,06157	0,03669	0,10945

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	<u>01/04/2017 à</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/04/2016 à</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/01/2017 à</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01/2016 à</u> <u>30/06/2016</u>
Lucro líquido do período	16.677	32.368	22.263	60.853
Resultado abrangente do período	<u>16.677</u>	<u>32.368</u>	<u>22.263</u>	<u>60.853</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082
Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016			(23.752)			(23.752)
Lucro líquido do período					60.853	60.853
Saldos em 30 de junho de 2016	804.459	14.473	236.042	356	60.853	1.116.183
Saldos em 31 de dezembro de 2016	804.459	14.473	189.026	331	-	1.008.289
Dividendo adicional aprovado - AGO de 19/04/2017			(47.945)			(47.945)
Lucro líquido do período					22.263	22.263
Saldos em 30 de junho de 2017	804.459	14.473	141.081	331	22.263	982.607

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	33.730	91.444
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	24.224	19.553
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	97	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.721	7.293
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	543	4.043
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	61	35
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	843	1.388
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(217)	1.016
Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos	3.491	3.401
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(2)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(124)	(470)
Amortização do prêmio de risco - GSF	24	24
Outros	(15)	9
	77.376	127.736
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(471)	638
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(653)	(1.051)
Cauções e depósitos vinculados	12	(161)
Prêmio de risco - GSF		(485)
Rendas a receber	9.445	(5.850)
Outros ativos operacionais	(1.140)	(709)
	7.193	(7.618)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(459)	(2.464)
Outros tributos e contribuições sociais	(6.674)	(1.531)
Benefícios pós-emprego		23
Provisões	(2.269)	(806)
Uso do bem público	(2.352)	(2.185)
Outros passivos operacionais	(549)	(237)
	(12.303)	(7.200)
Caixa proveniente das atividades operacionais	72.266	112.918
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.487)	(12.027)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	64.779	100.891
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(5.236)	(1.335)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(5.236)	(1.335)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(41.160)	(53.500)
Pagamentos de encargos de dívidas	(11.985)	(15.781)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(53.145)	(69.281)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.398	30.275
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	32.110	79.938
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.712	49.663
	6.398	30.275

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	2017	2016
Geração do valor adicionado	102.954	154.857
Receita operacional	97.621	153.522
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.315	1.335
Outras receitas	18	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(12.043)	(10.025)
Custos da energia comprada	221	(74)
Encargos de uso da rede elétrica	(884)	(813)
Materiais	(5.380)	(1.062)
Serviços de terceiros	(5.015)	(6.766)
Outros custos operacionais	(985)	(1.310)
Valor adicionado bruto	90.911	144.832
Retenções		
Depreciações e amortizações	(24.284)	(19.592)
Valor adicionado líquido produzido	66.627	125.240
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.426	4.639
Valor adicionado total a distribuir	71.053	129.879
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.673	4.919
Benefícios	904	670
FGTS	258	259
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	21.303	45.522
Estaduais	84	268
Municipais	49	2
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	21.324	17.182
Aluguéis	195	204
	48.790	69.026
Lucros retidos	22.263	60.853
	71.053	129.879

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de “Produtor Independente”, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 4), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 30 de junho de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$47.950 (R\$49.759 em 31 de dezembro de 2016). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 12 de julho de 2017.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2016.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 22 de fevereiro de 2017. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2016	Título da nota explicativa	Justificativa
2.7	Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Prêmio de risco - GSF	(b)
11	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
14	Fornecedores	(b)
17	Benefício pós emprego	(b)
18	Uso do bem público	(b)
20.3.1	Ágio na emissão de ações	(b)
20.3.3	Reserva de investimento	(b)
20.4	Outros resultados abrangentes	(b)
26.1	Instrumentos financeiros	(c)
26.1.1	Classificação dos instrumentos financeiros	(c)
26.1.2	Valor justo	(c)
26.1.2.1	Mensuração a valor justo	(c)
26.2.5	Gestão de capital	(b)
29	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2017, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 8 e 9); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 19.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 12.1); e Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 12.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	938	983
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	31.172	24.729
Total	<u>32.110</u>	<u>25.712</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 96,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 19.

4 Rendas a receber

	30/06/2017	31/12/2016
Lajeado Energia	11.402	18.297
Paullista Lajeado Energia	1.094	1.755
CEB Lajeado	3.124	5.013
	<u>15.620</u>	<u>25.065</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 7).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2016 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2016; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior de 4,92 p.p..

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2017
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	5.702		124	7.487	(3.442)	(9.302)	569
ICMS	11						11
PIS e COFINS	-	214				(214)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.972	439					2.411
Outros	32						32
Total	7.717	653	124	7.487	(3.442)	(9.516)	3.023
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2017
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social		-	12.970			(9.302)	3.668
ICMS		25	241	(246)			20
PIS e COFINS		2.282	9.144	(6.293)	(3.442)	(214)	1.477
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		172	194	(316)			50
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.1	9.380		(9.380)			-
Encargos com pessoal		312	47	(125)			234
Total		12.171	22.596	(16.360)	(3.442)	(9.516)	5.449

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio com retenção de R\$9.380, conforme legislação, e liquidado em janeiro de 2017.

6 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Resultado					
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	2017	2016
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		79	58			21	15
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.258	1.981			277	(173)
Uso do bem público - CPC 25		16.303	16.918	3.414	3.524	(505)	741
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	6.1.1	30.072	29.142	49.168	50.356	2.118	(1.731)
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		171	171				184
Outras		4.836	5.645	8.785	9.186	(408)	722
Total diferenças temporárias		53.719	53.915	61.367	63.066	1.503	(242)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(53.719)	(53.915)	(53.719)	(53.915)		
Total		-	-	7.648	9.151		

6.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 11).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



6.1.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2017	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024	A partir de 2025	Total Não circulante
3.225	6.450	6.450	5.989	5.528	14.420	11.657	53.719

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 10) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 11), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas
 Período findo em 30 de junho de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Operacionais	
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	2016
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	177,66	01/08/2002 a 15/12/2032	168	169	-	-	1.055	1.017
EDP São Paulo	Controle Comum	177,66	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5	-	-	33	31
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum	-	01/08/2005 a 15/12/2032	21	17	-	-	115	105
				194	191	-	-	1.203	1.153
Rendias a receber (Nota 4)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta	-	-	11.402	18.297	-	-	68.414	108.785
CEB Lajeado	Acionista não controlador	-	15/01/1998 a 15/01/2033	3.124	5.013	-	-	18.744	30.078
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	-	-	1.094	1.755	-	-	6.560	10.528
				15.620	25.065	-	-	93.718	150.391
Outros créditos e Outras contas a pagar									
Devolução - Prêmio de seguro									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	31/12/2016	-	-	54	54	-	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/07/2012 até 31/12/2017	-	-	59	26	661	(191)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2016 a 31/12/2018	-	-	113	22	(138)	(153)
				-	-	20	48	523	(344)
				15.814	25.266	113	48	95.444	151.200

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 21.2).

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

7.2 Remuneração dos administradores

7.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 30 de junho

	2017				2016			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	483	38	69	590	494	38	70	602
Benefícios de curto prazo (b)	9			9	5			5
Total	492	38	69	599	499	38	70	607

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Para o período findo em 30 de junho de 2017 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8.1 Composição do imobilizado

	30/06/2017			31/12/2016				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.745	(200.573)	494.172	2,00	694.745	(193.626)	501.119
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,25	333.683	(115.874)	217.809	3,24	333.427	(112.037)	221.390
Máquinas e equipamentos	3,03	413.917	(162.719)	251.198	4,54	404.717	(156.521)	248.196
Veículos	14,29	650	(442)	208	14,29	650	(419)	231
Móveis e utensílios	6,25	20	(5)	15	6,25	20	(4)	16
		<u>1.557.525</u>	<u>(479.613)</u>	<u>1.077.912</u>		<u>1.548.069</u>	<u>(462.607)</u>	<u>1.085.462</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 8.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	23,10	8.328	(5.715)	2.613	23,10	8.328	(5.193)	3.135
Máquinas e equipamentos	3,45	73.603	(42.020)	31.583	3,25	72.883	(36.804)	36.079
		<u>81.931</u>	<u>(47.735)</u>	<u>34.196</u>		<u>81.211</u>	<u>(41.997)</u>	<u>39.214</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,53	1.215	(666)	549	10,81	1.149	(615)	534
Veículos	14,29	805	(372)	433	14,29	805	(314)	491
Móveis e utensílios	6,25	750	(273)	477	6,25	394	(253)	141
		<u>2.770</u>	<u>(1.311)</u>	<u>1.459</u>		<u>2.348</u>	<u>(1.182)</u>	<u>1.166</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.642.226</u>	<u>(528.659)</u>	<u>1.113.567</u>		<u>1.631.628</u>	<u>(505.786)</u>	<u>1.125.842</u>
Imobilizado em curso								
Geração		35.012		35.012		40.410		40.410
Administração		82		82		131		131
Total do imobilizado em curso		<u>35.094</u>	<u>-</u>	<u>35.094</u>		<u>40.541</u>	<u>-</u>	<u>40.541</u>
Total do imobilizado		<u>1.677.320</u>	<u>(528.659)</u>	<u>1.148.661</u>		<u>1.672.169</u>	<u>(505.786)</u>	<u>1.166.383</u>

8.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$34.196 (R\$39.214 em 31 de dezembro de 2016) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, e assim continuará até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

8.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido		Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 30/06/2017
		31/12/2016	Ingressos					
Imobilizado em serviço								
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		501.119			(6.947)			494.172
Edificações, obras civis e benfeitorias		224.525		256	(4.359)			220.422
Máquinas e equipamentos		284.809		9.985	(11.464)			283.330
Veículos		722			(81)			641
Móveis e utensílios		157		356	(21)			492
Total do imobilizado em serviço		<u>1.125.842</u>	<u>-</u>	<u>10.597</u>	<u>(22.872)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.113.567</u>
Imobilizado em curso								
Terrenos		2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras		738	297	(256)		(97)	256	938
Edificações, obras civis e benfeitorias		256					(256)	-
Máquinas e equipamentos		14.243	1.475	(9.985)			(222)	5.511
Adiantamento a fornecedores		4.191	3.262					7.453
Depósitos Judiciais	12.1.1.1	14.305						14.305
Outros		4.726	186	(356)			249	4.805
Total do imobilizado em curso		<u>40.541</u>	<u>5.220</u>	<u>(10.597)</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>27</u>	<u>35.094</u>
Total do imobilizado		<u>1.166.383</u>	<u>5.220</u>	<u>-</u>	<u>(22.872)</u>	<u>(97)</u>	<u>27</u>	<u>1.148.661</u>

9 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.1 Composição do intangível

	30/06/2017				31/12/2016			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	76	(44)	32	20,00	76	(37)	39
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,00	8.100	(2.952)	5.148	20,00	8.100	(1.922)	6.178
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(10.096)	10.041	3,22	20.137	(9.772)	10.365
		<u>28.313</u>	<u>(13.092)</u>	<u>15.221</u>		<u>28.313</u>	<u>(11.731)</u>	<u>16.582</u>
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente (Nota 8.1.1)	13,21	111	(33)	78	13,21	111	(18)	93
		<u>111</u>	<u>(33)</u>	<u>78</u>		<u>111</u>	<u>(18)</u>	<u>93</u>
Administração								
Software	20,00	1.671	(1.555)	116	20,00	1.671	(1.519)	152
		<u>1.671</u>	<u>(1.555)</u>	<u>116</u>		<u>1.671</u>	<u>(1.519)</u>	<u>152</u>
Total do intangível em serviço		<u>30.095</u>	<u>(14.680)</u>	<u>15.415</u>		<u>30.095</u>	<u>(13.268)</u>	<u>16.827</u>
Intangível em curso								
Geração		9		9		28		28
Administração		492		492		405		405
Total do intangível em curso		<u>501</u>	<u>-</u>	<u>501</u>		<u>433</u>	<u>-</u>	<u>433</u>
Total do intangível		<u>30.596</u>	<u>(14.680)</u>	<u>15.916</u>		<u>30.528</u>	<u>(13.268)</u>	<u>17.260</u>

9.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2016	Ingressos		
Intangível em serviço					
Software		191		(43)	148
Servidão permanente		93		(15)	78
Direito de concessão - Licenças ambientais		6.178		(1.030)	5.148
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	9.2.1	10.365		(324)	10.041
Total do intangível em serviço		<u>16.827</u>	<u>-</u>	<u>(1.412)</u>	<u>15.415</u>
Intangível em curso					
Software		433	95	(27)	501
Total do Intangível em curso		<u>433</u>	<u>95</u>	<u>(27)</u>	<u>501</u>
Total do Intangível		<u>17.260</u>	<u>95</u>	<u>(1.412)</u>	<u>15.916</u>

9.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

10 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 19 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$62.534, sendo R\$48.434 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$14.100 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2016 conforme RCA de 19 de dezembro de 2016; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$62.666, sendo R\$47.945 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$14.721 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 11.2). O JSCP foram pagos integralmente em 05 e 08 de maio de 2017 e em 22 e 23 de junho de 2017. Os dividendos adicionais serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2017.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	31/12/2016	Dividendos Adicionais	Pagamentos		30/06/2017
			Pagamentos	não realizados	
Lajeado Energia	30.053	35.000	(30.053)		35.000
CEB Lajeado	8.234	9.589	(8.234)		9.589
Paulista Lajeado Energia	2.882	3.356	(2.882)		3.356
Acionistas não controladores (*)	2.751			9	2.760
	<u>43.920</u>	<u>47.945</u>	<u>(41.169)</u>	<u>9</u>	<u>50.705</u>

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)


11 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
11.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Finalidade	Forma de pagamento	30/06/2017				31/12/2016				
		Encargos		Principal		Encargos		Principal		
		Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	17.080	40.910	43.179	101.169	11.985	41.542	41.415	94.942
Total			17.080	40.910	43.179	101.169	11.985	41.542	41.415	94.942

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 30 de junho de 2017 de R\$101.169 (R\$94.942 em 31 de dezembro de 2016) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

11.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2016		Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 30/06/2017	
	Pagamentos						
Circulante							
Juros	11.985	(11.985)	14.721	2.359			17.080
	11.985	(11.985)	14.721	2.359	-		17.080
Não circulante							
Principal					1.764		43.179
Juros	41.542			(2.359)	1.727		40.910
	82.957	-	-	(2.359)	3.491		84.089

Os juros provisionados de R\$14.721 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 19 de abril de 2017 (Nota 10). Os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 16).

11.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2017	14.721
2018	2.359
	<u>17.080</u>
Não circulante	
2018	2.359
2019	3.675
2020	3.381
2021	3.110
2022 até 2026	12.193
2027 até 2031	8.034
2032 até 2033	51.337
	<u>84.089</u>
Total	<u>101.169</u>

12 Provisões e Depósitos vinculados

Nota	Passivo				Ativo		
	Provisões				Depósitos vinculados		
	Circulante		Não circulante		Não circulante		
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	12.1			11.744	10.931	642	652
Licenças ambientais	12.2	9.157	10.354	3.567	4.747		
Total		<u>9.157</u>	<u>10.354</u>	<u>15.311</u>	<u>15.678</u>	<u>642</u>	<u>652</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

12.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 30/06/2017	Depósito judicial	
							30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas	110	174	(30)		100	354	193	573
Cíveis	9.321			(44)	613	9.890		
Outros	1.500					1.500		
Total	10.931	174	(30)	(44)	713	11.744	193	573
Não circulante	10.931					11.744	193	573
Total	10.931					11.744	193	573

12.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2017 é de R\$3.728 (R\$3.613 em 31 de dezembro de 2016).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2017 é de R\$6.161 (R\$5.708 em 31 de dezembro de 2016). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 8.2).

Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

12.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
			Depósito judicial	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas	262	322	440	73
Cíveis	91.706	91.447		
Fiscais	3.140	2.995		
Total	95.108	94.764	440	73

12.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 12.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 30 de junho de 2017 de R\$91.413 (R\$91.032 em 31 de dezembro de 2016).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 12.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 30 de junho de 2017 de R\$57 (R\$53 em 31 de dezembro de 2016).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de inclui-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, o qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial e extraordinário nos quais aguardam juízo de admissibilidade pelo TRF.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de junho de 2017 é de R\$196 (R\$182 em 31 de dezembro de 2016).

12.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 30 de junho de 2017 é de R\$9 (R\$6 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$2.451 (R\$2.118 em 2016). Deste montante, R\$2.239 (R\$757 em 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$212 (R\$1.361 em 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/06/2017
Circulante	10.354	79	(2.239)	(191)	1.152	2	9.157
Não circulante	4.747			(195)	(1.152)	167	3.567
Total	15.101	79	(2.239)	(386)	-	169	12.724

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 11). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 30 de junho de 2017 face a 31 de dezembro de 2016. Segue a composição do Capital social:

	30/06/2017 e 31/12/2016											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros	402.202	100,00	255.560	100,00	207	1,25	5.156	100,00	71.252	66,47	71.459	9,09
					16.289	100,00			107.199	100,00	786.406	100,00

13.2 Reservas

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		44.640	44.640
Retenção de lucros	13.2.1	62.787	48.066
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		33.654	33.654
Dividendo adicional proposto	13.2.2		62.666
		141.081	189.026
Total		155.554	203.499

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

O aumento da rubrica no montante de R\$14.721 foi em consequência do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 11.2.

13.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$62.666, R\$47.945 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 10) e R\$14.721 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 11.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 19 de abril de 2017.

14 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

Nota	Movimento do Período				Acumulado do Período			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Suprimento de energia elétrica	8.440	8.363	1.552	1.430	16.737	17.144	3.029	2.835
Energia de curto prazo	801	1.499	229	53	2.986	3.295	557	12
Arrendamentos e alugueis			46.859	75.195			93.718	150.390
Outras receitas operacionais			157	143			317	285
Receita operacional bruta	9.241	9.862	48.797	76.821	19.723	20.439	97.621	153.522
(-) Deduções à receita operacional			(4.569)	(7.158)			(9.153)	(14.348)
PIS/COFINS			(4.514)	(7.106)			(9.030)	(14.201)
P&D			(15)	(13)			(31)	(24)
Outros encargos			(40)	(39)			(92)	(123)
Receitas	9.241	9.862	44.228	69.663	19.723	20.439	88.468	139.174

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

15

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Movimento do Período					
	01/04/2017 à 30/06/2017				01/04/2016 à 30/06/2016	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	(253)				(253)	(809)
Encargos de uso da rede elétrica	400				400	368
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.136	1.148		3.284	3.874
Material		226	39		265	194
Serviços de terceiros		1.169	1.348		2.517	3.653
Depreciação		11.128	318		11.446	9.808
Amortização		685	21		706	352
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				130	130	(14)
Alugueis e arrendamentos			92		92	103
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(17)	(17)	
Outras		56	307	47	410	391
Total	147	15.400	3.273	160	18.980	17.920

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Acumulado do Período				01/01/2016 à 30/06/2016	
	01/01/2017 à 30/06/2017					
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	(201)				(201)	59
Encargos de uso da rede elétrica	802			802		737
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		4.323	1.990	6.313		6.529
Material		428	90	518		372
Serviços de terceiros		2.128	2.745	4.873		6.430
Depreciação		22.177	635	22.812		18.860
Amortização		1.370	42	1.412		693
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				130		124
Aluguéis e arrendamentos			189	189		199
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(17)		(17)
Outras		108	740	848		968
Total	601	30.534	6.431	37.726		34.971

16 Resultado financeiro

	Nota	Movimento do Período		Acumulado do Período	
		01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras e cauções			1.167	2.286	3.889
Variações monetárias moeda nacional			1.975	1.975	(971)
Juros e multa sobre impostos	5		13	63	470
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras			(56)	(104)	(216)
Outras receitas financeiras			21	41	280
			3.120	2.126	4.423
Despesas financeiras					
Encargos de dívidas				(14.721)	(7.293)
Variações monetárias moeda nacional	11.2		(481)	(189)	(971)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			(334)	(543)	(1.264)
Ajustes a valor presente (UBP, Licenças ambientais e Empréstimos e financiamentos)			(3.245)	(1.609)	(5.603)
Atualização monetária uso do bem público			531	(2.101)	(4.219)
Atualização monetária e juros - GSF					(82)
Benefícios pós-emprego			(21)	(18)	(35)
Outras despesas financeiras			(22)	(13)	(49)
			(3.091)	(4.765)	(17.182)
			29	(2.639)	(17.012)
					(12.759)

17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	25.277	49.104	33.730	91.444
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(8.594)	(16.695)	(11.468)	(31.091)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	4	(26)		(26)
Outras	(15)	(21)	(23)	(23)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	(1)		12	537
Incentivos fiscais	6	6	12	12
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.600)	(16.736)	(11.467)	(30.591)
Alíquota Efetiva	34,0%	34,1%	34,0%	33,5%

18 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No 1º semestre de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:				
Ordinárias (ON)	14.417	24.765	14.417	44.022
Preferenciais Classe "R" (PNR)	2.260		3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)		1.003	598	1.783
Preferenciais Classe "B" (PNB)			189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)		6.600	3.933	11.733
	<u>16.677</u>	<u>32.368</u>	<u>22.263</u>	<u>60.853</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)				
Ordinárias (ON)	402.202	402.202	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)				
Ordinárias (ON)	0,03585	0,06157	0,03585	0,10945
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,00884		0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)		0,06157	0,03669	0,10945
Preferenciais Classe "B" (PNB)			0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)		0,06157	0,03669	0,10945

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Movimento do Período		Acumulado do Período			
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 18.1	Resultado por classe de ações	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 18.1	Resultado por classe de ações
2016						
Ordinárias (ON)	16.555	8.210	24.765	31.123	12.899	44.022
Preferenciais Classe "R" (PNR)	10.519	(10.519)		19.776	(16.650)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	670	333	1.003	1.260	523	1.783
Preferenciais Classe "B" (PNB)	212	(212)		399	(210)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	4.412	2.188	6.600	8.295	3.438	11.733
	<u>32.368</u>	<u>-</u>	<u>32.368</u>	<u>60.853</u>	<u>-</u>	<u>60.853</u>
2017						
Ordinárias (ON)	8.529	5.888	14.417	11.386	3.031	14.417
Preferenciais Classe "R" (PNR)	5.420	(3.160)	2.260	7.235	(4.109)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	345	(345)		461	137	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	109	(109)		146	43	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.274	(2.274)		3.035	898	3.933
	<u>16.677</u>	<u>-</u>	<u>16.677</u>	<u>22.263</u>	<u>-</u>	<u>22.263</u>

18.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.1 Instrumentos financeiros

19.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Níveis	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
		Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Aplicações financeiras	Nível 2	31.172	24.729	31.172	24.729
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Bancos conta movimento		938	983	938	983
Concessionárias		1.395	924	1.395	924
Rendas a receber	4	15.620	25.065	15.620	25.065
Outros créditos - Partes relacionadas		113	54	113	54
		<u>49.238</u>	<u>51.755</u>	<u>49.238</u>	<u>51.755</u>
Passivos Financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores		1.759	2.218	1.759	2.218
Uso do bem público		38.579	39.805	47.950	49.759
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11				
Moeda nacional		101.169	94.942	101.169	94.942
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		20	48	20	48
		<u>141.527</u>	<u>137.013</u>	<u>150.898</u>	<u>146.967</u>

19.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

19.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de junho de 2017 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

19.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável						
		Até 1 ano	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.500	3.500		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
					875	1.750	(875)	(1.750)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	<u>3.500</u>	<u>3.500</u>		<u>875</u>	<u>1.750</u>	<u>(875)</u>	<u>(1.750)</u>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos conforme apresentado a seguir: entre 9,25% e 10,50% a.a..

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 4). A Companhia, em 30 de junho de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de junho 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	30/06/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	937	772	50			1.759
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				20		20
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			17.080	15.386	68.703	101.169
Uso do bem público	395	1.172	3.017	19.145	24.221	49.950
	<u>1.332</u>	<u>1.944</u>	<u>20.147</u>	<u>34.551</u>	<u>92.924</u>	<u>150.898</u>
						<u>146.967</u>

19.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 30 de junho de 2017 foi negativo em R\$32.213 (R\$23.076 negativo em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo com as receitas provenientes do contrato de arrendamento com os acionistas.

19.2.2.2 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

19.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo. Em 2016, não houve transações não envolvendo caixa nas atividades de investimento e financiamento.

	2017
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	47.945
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	79
Total	<u>48.024</u>

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	30/06/2017				31/12/2016	
	Julho/2017 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	Julho/2020 a Junho/2022	A partir de Julho 2022	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	208	65			273	492
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	19.951	13.378	3.082		36.411	46.741
Prêmio de risco - GSF				272	272	272
	<u>20.159</u>	<u>13.443</u>	<u>3.082</u>	<u>272</u>	<u>36.956</u>	<u>47.505</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	30/06/2017				31/12/2016	
	Julho/2017 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	Julho/2020 a Junho/2022	A partir de Julho 2022	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	168	55			223	407
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	16.035	11.671	2.930		30.636	38.723
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	<u>16.203</u>	<u>11.726</u>	<u>2.930</u>	<u>872</u>	<u>31.731</u>	<u>40.002</u>

21.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	30/06/2017	31/12/2016
Aval de acionista	Seguro de vida	9.722	9.390
Fiança bancária	Ações judiciais	1.142	1.128
Seguro garantia	Ações judiciais	6.601	5.739
		<u>17.465</u>	<u>16.257</u>

22 Eventos subsequentes**22.1 Ministério de Minas e Energia – MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico**

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor. As referidas consultas públicas receberão contribuições até os dias 2 e 4 de agosto, respectivamente.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Hamilton Carlos Naves
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Pedro Akos Litsek
Diretor Vice-Presidente

José Cherem Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

Dyogenes Rosi
Diretor Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Júnior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

Paulo Afonso Teixeira Machado
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Leonardo Nery dos Santos
Contador - CRC 1SP-261342/O-2 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Investco S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de junho de 2017, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 21 de julho de 2017.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 20 de julho de 2017, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2017.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DYOGENES ROSI

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 20 de julho de 2017, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2017, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DYOGENES ROSI

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle